

## EDITORIAL

ANDRÉ VERÍSSIMO

Diretor

averissimo@negocios.pt



# O que falta ao PRR

O Plano de Recuperação e Resiliência é um envelope financeiro desenhado pela Comissão Europeia com os governos, para os governos. É suposto, mas faz dele sobretudo um programa de despesa pública para ser gasta no Estado e mostrar serviço aos eleitores daqueles mesmos governos, ajudando à sua reeleição. É da natureza da política.

Não se enjeite, contudo, a importância da “vitamina”. A soma histórica ajudará à retoma, sobretudo a partir do próximo ano. Se o dinheiro for bem aplicado, no final de 2026 teremos um SNS melhor, um impulso na habitação social, menos pobreza, melhoram-se infraestruturas, teremos uma economia menos intensa em carbono e mais eficiente no consumo de energia, reforçaram-se as qualificações dos portugueses e a escola e a administração pública são mais modernas e digitais.

Trará progresso, mas ao contrário do que o “hype” europeu e nacional criado à volta do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) quer fazer crer, está longe de ser a “bala de prata” para a melhoria da competitividade da economia portuguesa e o seu crescimento mais acelerado.

A curta consulta pública que o Governo lançou pouco mudará num plano com um guião europeu já definido, como se percebeu pela resposta do primeiro-ministro ao setor da cultura. Tinha de acontecer, mas será em grande medida inconsequente. António Costa remete os queixos para o novo quadro de fundos comunitários e os orçamentos do Estado.

Ora é aqui que o plano falha. Não se sabe como o PRR vai casar com os outros fundos, não há uma estratégia global e integrada, como apontava a semana passada o economista Mira Amaral numa reunião do conselho diretivo alargado do Fórum para a Competitividade.

Depois, não basta despejar dinheiro, é preciso mudar culturas e processos, quebrando definitivamente os bloqueios no Estado e no funcionamento do mercado que impedem um Portugal mais competitivo. O que exige um programa de reformas legislativas coordenado com os planos de investimento dos fundos.

Fazer uma transição digital – onde Portugal está atrasado – e energética igual aos outros não tirará o país da cauda da Europa. É preciso fazer melhor. Isso exige uma visão global e a vontade para fazer ruturas com interesses instalados, no Estado mas também no setor privado, que tem faltado ao Governo. ■